

REUNIÃO DOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

XVI CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA (CMJPLOP).

Santa Maria, 21 de novembro de 2019

ATA FINAL

No dia 21 de novembro de 2019, pelas 09 horas e 30 minutos, teve lugar na Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, República de Cabo Verde, a reunião dos Correspondentes Nacionais preparatória da XVI Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP).

Estiveram presentes os respetivos Correspondentes Nacionais: Júlio Borges Albino, da República de Angola, Georgia Renata Sanchez Diogo, da República Federativa do Brasil, Suleina Delgado, da República de Cabo Verde, Degol Mendes, da República da Guiné-Bissau, Carlina Pereira Mba, da República da Guiné Equatorial, Justino Ernesto Tonela, da República de Moçambique, João Pedro Arsénio de Oliveira, da República Portuguesa, Manuel Henriques Ramos, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Nelinho Vital, da República Democrática de Timor-Leste.

Estiveram ainda presentes: Docilio Joaquim Bento, Diretor Nacional da Administração da Justiça de Angola, Benvindo do Rosário Figueiredo Oliveira, Diretor Geral da Política de Justiça de Cabo Verde, César Cupertino, Assessor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Mariano Obiang Molo Afuy, Agregado Administrativo da Embaixada da Guiné Equatorial em Portugal, Maria Márcia Rungo, Assessora do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique e o Mário Mendão, Assessor Jurídico do Secretariado Executivo da CPLP, em representação do Secretário Executivo da CPLP.

1




GRSD



A reunião iniciou-se com as boas vindas aos Correspondentes Nacionais por parte da Correspondente Nacional de Cabo Verde, tendo esta agradecido a todos pela presença, e desejando boa estadia.

Passou de seguida, a palavra a cada um dos Correspondentes Nacionais e demais presentes na reunião para se apresentarem.

A Correspondente Nacional do Brasil, propôs a alteração da agenda, sugerindo que a revisão e finalização da Declaração de Santa Maria ficasse como primeiro ponto na agenda, como também a inclusão do documento de conclusões e recomendações derivadas do Seminário Internacional sobre o Cibercrime e Prova Eletrónica: Harmonização de Legislação e a Convenção de Budapeste na CPLP.

Os Correspondentes Nacionais parabenizaram o país anfitrião pela escolha do tema e pela realização do Seminário e submetem as referidas recomendações à XVI CMJPLOP.

Mediante apresentação e aprovação, por unanimidade, da ordem dos trabalhos, com a alteração proposta pela Correspondente do Brasil, deu-se início a revisão da proposta de Declaração, cuja versão final se anexa a esta Ata.

Seguidamente iniciou-se o ponto referente à designação das autoridades competentes por cada Estado-Membro relativamente às Convenções Judiciárias da CPLP, tendo os mesmos informado do respetivo ponto de situação e o Secretariado Executivo da CPLP apelado à transmissão, pelas vias oficiais, das nomeações já indicadas por via oficiosa.

No que se refere ao ponto da agenda relativo à manutenção das comissões de trabalho, os correspondentes nacionais entendem que estão finalizadas as relativas ao manual prático integrado referente a Convenção sobre Transferências de Pessoas Condenadas da CPLP e a de corrupção de funcionários por agentes estrangeiros nas transações comerciais internacionais sem prejuízo de reformulação e alargamento das competências desta última (com a exceção de Portugal, que manifestou a opinião de que o objeto deste grupo é ainda passível de execução).



Em relação as demais Comissões os Correspondentes nacionais sugeriram a adequação dos Planos de Trabalho para a futura análise, ficando a cargo de cada país relator o levantamento das atividades desenvolvidas e das ações pendentes relativamente as mesmas.

Cabo Verde apresentou a proposta de criação de uma Comissão para a elaboração de um Projeto de Convenção que dispensa a necessidade de Legalização de Documentos emitidos por um Estado-Membro da CPLP e destinados a serem apresentados no território de outro Estado-Membro, o qual aceite (conforme anexo).

Portugal propôs que a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa adote um mandato para a constituição de uma Comissão de Trabalho afeta às matérias relativas aos Assuntos Legislativos.

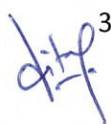
A proposta foi apoiada e louvada pelos Correspondentes Nacionais, tendo sido deliberado submetê-la aos Senhores Ministros, para aprovação (conforme anexo).

Tendo se verificado não ter havido nomeação do novo secretaria geral da rede no prazo estipulado nas regras para o efeito aprovadas pelos senhores ministros, competirá nos termos dos mesmos incisos iniciar um novo processo de nomeação.

No que diz respeito ao Mecanismo para dar seguimento a elaboração do Manual sobre extradição, a Presidência encaminhou os questionários devidos e foi estipulado o prazo de 31 de dezembro de 2019 para a apresentação do referido documento, devidamente preenchido.

A declaração proposta pela presidência sobre a RIPA], a pedido, não foi alvo de consenso pelos Correspondentes Nacionais, pelo que foi proposto retirar-la da ata da XVI Conferencia.

Encontrando-se pendente de aprovação a revisão do Regulamento do LEGIS-PALOP+TL, foi este submetido à atenção dos Correspondentes Nacionais, não tendo, todavia, reunido o consenso necessário para submissão aos Senhores Ministros.

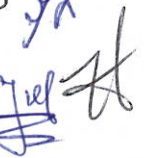
 3











Assim, foi deliberado propor à Conferência que estabeleça um prazo de três meses para que os Estados que participam do LEGIS PALOP + TL revejam o Regulamento, por via de representantes mandatados pelos Ministros da Justiça.

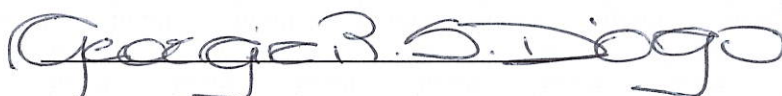
Os documentos referentes ao ponto PACED foram aprovados, com pequenas alterações técnicas, tendo sido deliberado submetê-los à aprovação pelos Senhores Ministros.

As delegações agradeceram o profícuo trabalho desenvolvido pelos representantes do Brasil e de Cabo Verde na condução dos trabalhos.

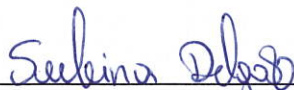
A reunião terminou pelas 20h33m, tendo sido lavrada a presente Ata que é assinada por todos os correspondentes nacionais presentes.



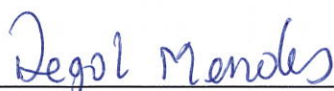
Júlio Borges Sebastião Albino
República de Angola



Georgia Renata Sanchez Diogo
República Federativa do Brasil



Suleina Cristina Lopes da Silva Delgado
República de Cabo Verde



Degol Mendes
República da Guiné-Bissau,



Carlina Pereira Mba

Carlina Pereira Mba
República da Guiné Equatorial

Justino Ernesto Tonela

Justino Ernesto Tonela
República de Moçambique

João Pedro Arsenio de Oliveira

João Pedro Arsenio de Oliveira
República de Portuguesa

Manuel Henrique Ramos

Manuel Henrique Ramos
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Nelinho Vital 22/11-2019

Nelinho Vital
República Democrática de Timor-Leste